

Escândalo derruba Ribeiro do MEC



O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro chega à sua casa após pedir exoneração do MEC. Pedro Ladeira/Folhapress

Ministro Milton Ribeiro é exonerado após suspeitas de corrupção no MEC

Titular da Educação deixa cargo no governo federal uma semana após áudio revelado pela Folha em que cita pedido de Bolsonaro

Ricardo Della Coletta, Paulo Saldaña e Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro Milton Ribeiro (Educação) foi exonerado do cargo nesta segunda-feira (28) para tentar reduzir o desgaste do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele escreveu uma carta de demissão, entregou ao presidente nesta tarde no Palácio do Planalto, e a exoneração foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Ribeiro se tornou alvo de grande pressão após a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público, o que incluía pagamento de propina —Bolsonaro diz que em seu governo não há corrupção.

Prefeitos apontam que essa espécie de balcão de negócios seria operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro, e priorizava a liberação de valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão ao governo.

Interlocutores relataram à Folha que o ministro inicialmente havia discutido uma licença para se concentrar em sua defesa. Mas destacaram que não havia justificativa para que o ministro apresentasse uma licença e que, portanto, haveria a exoneração.

Com a saída de Ribeiro, o MEC deve ficar sob o comando do secretário executivo, Victor Godoy Veiga. Mas aliados do centrão cobijam o cargo.

Na última quinta-feira (24), Bolsonaro disse que “bota a cara no fogo” por Ribeiro, que é evangélico e pastor, mas diante das recentes revelações perdeu o apoio até mesmo de integrantes da bancada evangélica no Congresso.

A situação do ministro se agravou na segunda-feira da semana passada, após a revelação pela Folha de áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar e Arilton.

Nagração, Ribeiro diz ainda que isso atende a uma soli-

citação de Bolsonaro e menciona pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas. A atuação dos pastores junto ao MEC foi revelada anteriormente pelo jornal O Estado de S. Paulo.

“Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar”, diz o ministro na conversa obtida pela Folha em que participaram prefeitos e os dois religiosos.

Em seguida, o prefeito Gilberto Braga (PSDB), do município maranhense de Luís Domingues, afirmou que um dos pastores que negociam transferências de recursos federais para prefeituras pediu 1 kg de ouro para conseguir liberar verbas de obras de educação.

A declaração do prefeito foi dada ao jornal O Estado de S. Paulo, e a Folha confirmou com outras duas pessoas presentes no local onde o pedido de propina foi feito.

Já na sexta-feira, em entrevista à Folha, o prefeito de Piracicaba (SP), Luciano Almeida (União Brasil), disse que recebeu pedido de dinheiro para que o município abrigasse um evento com a presença do ministro em agosto de 2021.

O gestor municipal afirma que se recusou a fazer o pagamento e que o encontro acabou não se concretizando. Dois servidores do alto escalão do MEC disseram que os pastores com supostos privilégios dentro da pasta estavam à frente dessa negociação.

Os pastores Gilmar e Arilton têm, ao menos desde janeiro de 2021, negociado com prefeituras a liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia.

Os dois pastores têm proximidade com Bolsonaro desde o primeiro ano do governo. A atuação deles junto ao MEC foi revelada anteriormente pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Na semana passada, o ministro da Educação negou em nota ter determinado alocação de recursos para favorecer qualquer município.

Continua na pág. A5

ENTENDA O CASO

Qual foi o desgaste do ministro?

Ele se tornou alvo de pressão após revelação de indícios de esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público. Prefeitos dizem que uma espécie de balcão de negócios no MEC seria operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro

O que gerou a pressão política para sua demissão?

Sua situação se agravou após a revelação pela Folha de áudio em que Ribeiro diz que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar e Arilton. Na gravação, diz ainda que isso atende a solicitação de Bolsonaro e menciona pedidos de apoio supostamente direcionados para construção de igrejas. “Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar”, diz o ministro na conversa

Quais outros casos foram revelados sobre o MEC?

O prefeito Gilberto Braga (PSDB), de Luís Domingues (MA), disse que um dos pastores que negociam transferências de recursos federais para prefeituras pediu 1 kg de ouro para liberar verbas para educação à cidade. A declaração foi dada ao jornal O Estado de S. Paulo, e a Folha confirmou com outras duas pessoas presentes no local onde a propina foi pedida.

Em entrevista à Folha, o prefeito de Piracicaba

(SP), Luciano Almeida (União Brasil), disse que recebeu pedido de dinheiro para que o município abrigasse um evento com a presença do ministro em agosto de 2021. O prefeito diz que se recusou a pagar e que o encontro acabou não acontecendo. A Folha ouviu de dois servidores do alto escalão do MEC que os pastores com supostos privilégios dentro da pasta estavam à frente dessa negociação.

O que Ribeiro diz? Negou em nota ter determinado alocação de recursos para favorecer municípios e disse que Bolsonaro não teria pedido para que os pleitos dos pastores fossem atendidos, mas só que todos os indicados por eles fossem atendidos.

As denúncias serão investigadas?

Sim. A Polícia Federal abriu dois inquéritos. O primeiro na Superintendência da PF no Distrito Federal, para apurar suspeitas apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União sobre distribuições de verbas do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação). Outra investigação foi instaurada na sede do órgão, no setor que cuida de inquéritos que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal).

O escândalo respinga em Bolsonaro?

O caso pode impactar a campanha pela reeleição de Bolsonaro. Pessoas próximas o aconselharam a demitir Ribeiro, para evitar desgaste político, mas ele resistiu até o ministro pedir demissão.



Ministros que caíram em meio a crises



GUSTAVO BEBIANNO
O titular da Secretaria-Geral da Presidência, foi o primeiro ministro a ser demitido, em 18 de fevereiro de 2019 após se tornar o centro de uma crise instalada depois que a **Folha** revelou a existência de um esquema de candidaturas laranjas do PSL para desviar verba pública eleitoral. O partido foi presidido por ele durante as eleições de 2018. O ex-ministro morreu em 14 de março de 2020, aos 56 anos



RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ
Foi demitido da Educação em 8 de abril de 2019. A saída ocorreu em meio a uma crise envolvendo disputas entre militares e seguidores do escritor Olavo de Vélaz, entrou Abraham Weintraub, da ala ideológica dos bolsonaristas. Na época, Vélez disse que a imprensa passava a imagem de que nada funcionava no MEC, o que, segundo ele, não seria verdade



CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ
O general foi demitido do comando da Secretaria de Governo da Presidência da República em junho de 2019. Desde que chegou ao Planalto, Santos Cruz se envolveu em seguidas crises com os filhos do presidente, além de um embate com o escritor Olavo de Carvalho, guru de Bolsonaro. A comunicação do governo era um dos principais pontos de disputa



LUIZ HENRIQUE MANDETTA
Ainda no início da pandemia de Covid-19, o ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde) foi demitido em abril de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, após um longo processo de embate entre eles diante das ações de combate ao coronavírus. A relação entre Bolsonaro e Mandetta estava desgastada por divergências entre os dois na condução do combate à pandemia



SÉRGIO MORO
Então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro deixou o governo em abril de 2020 apontando fraude no Diário Oficial da União no ato de demissão de Maurício Valeixo do comando da Polícia Federal e criticou a insistência do presidente Bolsonaro para a troca do comando do órgão. Moro afirmou que Bolsonaro queria ter acesso a informações e relatórios confidenciais de inteligência da PF



ABRAHAM WEINTRAUB
Weintraub durou 14 meses no cargo e saiu em junho de 2020, em uma gestão coroada por controvérsias, insultos, projetos que não andaram, derrotas no Congresso, ausência de diálogo nos rumos das políticas públicas. Foi contra o STF, porém, que o ex-ministro cruzou limites legais e institucionais, chamando os ministros "vagabundos" em reunião ministerial de 22 de abril de 2020



MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
Demitido no começo de dezembro de 2020, o então ministro do Turismo era pivô de um esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais. A decisão pela exoneração, porém, foi tomada após Alvaro Antônio ter enviado uma mensagem em um grupo interno do governo, acusando o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, de ser "traíra"



RICARDO SALLES
O ministro do Meio Ambiente pediu demissão em junho de 2021. Sua gestão foi marcada por ações contrárias ao objetivo da pasta. Em dois anos e meio no cargo, reduziu a fiscalização e a participação da sociedade civil na elaboração de políticas para o setor. Ele pediu demissão quando virou alvo de inquérito no STF por envolvimento em operação da PF que mira suposto favorecimento a madeireiras

Continuação da pág. A4

Ele afirmou ainda que Bolsonaro não teria pedido para que os pleitos dos pastores fossem atendidos, mas somente que todos os indicados por eles fossem atendidos.

As revelações a respeito do balcão de negócios do MEC resultaram na instauração de apurações. A Polícia Federal abriu na sexta-feira (25) dois inquéritos que miram a atuação dos pastores na liberação de verbas do ministério.

O primeiro deles foi aberto na Superintendência da PF no Distrito Federal e irá apurar as suspeitas apontadas em um relatório da Controladoria-Geral da União sobre distribuições de verbas do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação).

O FNDE é um órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão, bloco que dá sustentação a Bolsonaro desde que ele se viu ameaçado por uma série de pedidos de impeachment e recorreu a esse apoio em troca de cargos e repasses de verbas federais. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

A outra investigação foi instaurada na sede do órgão, no setor que cuida de inquéritos que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal), e tem como alvo o ministro Milton Ribeiro e a fala dele em áudio revelado pela Folha.

No caso do ministro, serão apuradas suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. O inquérito que mira Ribeiro foi autorizado pela ministra Cármen Lúcia, do STF, e atendeu a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Além do flanco jurídico, o caso envolvendo Ribeiro e os pastores tem potencial de pre-

judicar a campanha de Bolsonaro. Pessoas próximas ao presidente chegaram a aconselhá-lo desde que o caso eclodiu a demitir o ministro da Educação, justamente para evitar o desgaste político.

Bolsonaro, no entanto, resistiu. O principal argumento da ala que defendia a demissão — ou ao menos o afastamento — do ministro é que as suspeitas abalam o discurso repetido à exaustão por Bolsonaro de que ele comanda um governo sem corrupção.

Milton Ribeiro diz ser inocente e que áudio mudou sua vida

BRASÍLIA O ministro da Educação, Milton Ribeiro, escreveu uma carta com pedido de exoneração do cargo nesta segunda-feira (28). Ribeiro se tornou alvo de grande pressão após a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo a intermediação de dois pastores sem cargo público.

A exoneração foi publicada em edição extra do Diário Oficial nesta segunda (28).

Logo no início da carta, Ribeiro escreve que "desde o dia 21 de março minha vida sofreu uma grande transformação". Foi neste dia que a **Folha** revelou áudio em que o próprio ministro diz priorizar amigos do pastor Gilmar Santos após o pedido de Bolsonaro e sugere ainda haver uma contrapartida supostamente direcionada à construção de igrejas.

Prefeitos apontaram nos últimos dias a existência de uma espécie de balcão de negócios no MEC, operado pelos pastores Gilmar e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro.

Ribeiro nega ter praticado atos ilegais. "Tenho plena consciência que jamais pratiquei ato de gestão que não fosse pautado pela legalidade, pela probidade e pelo compromisso com o Erário. As suspeitas de que foram cometidos atos irregulares devem ser investigadas com profundidade."

"Meu afastamento visa, mais do que tudo, deixar claro que quero uma investigação completa e isenta."

"Agradeço e despeço-me de todos que me apoiaram nesta empreitada, deixando o compromisso de estar pronto, caso o Presidente entenda necessário, para apoiá-lo em sua vitoriosa caminhada", diz o agora ex-ministro na carta.

Em uma primeira versão da missiva, compartilhada por membros do governo federal e parlamentares, Ribeiro afirmava que voltaria ao governo depois de demonstrar sua inocência. Isso foi retirado na versão final do documento.

Pela manhã, Ribeiro passou horas em reunião fechada com o secretário-executivo da pasta, Victor Godoy Veiga, cotado para assumir seu lugar.

Milton Ribeiro reafirma na sua carta de demissão que ele próprio levou ao conhecimento da CGU (Controladoria-Geral da União), em agosto passado, denúncia sobre a atuação dos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos.

O agora ex-ministro escreve ainda na carta que a competência para liberações é do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação), que é ligado ao MEC e controlado pelo centrão.

"Cumpre ressaltar que os procedimentos operacionais relacionados à liberação de recursos pelo FNDE não são de competência direta do Ministro da Educação", diz o texto.

PS e RDC

Leia mais em Cotidiano B1

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Pagina: 4 e 5